

**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE  
FORTALEZACOMPHC – 14/06/2017**

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 9 (nove) horas e 26 vinte e seis) minutos, na sede da SECULTFOR, situada à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 86ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - **COMPHC**, da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza – **SECULTFOR**. O senhor Evaldo Lima Secretário da Cultura e Presidente do **COMPHC** iniciou a sessão cumprimentando os presentes, pedindo para que todos se apresentassem e assinassem a lista de frequência e informou a pauta, conforme segue: **1 – SERCEFOP (Informações diversas); 2 - SEINF (Informações diversas)**. Destacou a presença Secretaria do Centro de Fortaleza, que iria tecer algumas considerações iniciais, sobre a decisão da retirada da Feira da José Avelino, e sobre o impacto da mesma para a cidade e logo em seguida a Secretaria de Infraestrutura, que vai esclarecer a esse Conselho sobre a natureza da intervenção da obra da José Avelino. O secretário Evaldo Lima, passou a palavra para Verena, arquiteta da Regional do Centro, que antes de falar apresentou um vídeo sobre a José Avelino. Depois do vídeo, Verena comentou que a feira acontecia nas madrugadas de Quarta para Quinta e de Sábado para Domingo e disse que a ocupação do local pela feira era bastante crítica, e que a mesma agredia todo um espaço público, não só à própria José Avelino mais todo o seu entorno. Comentou que a feira se expandiu muito, começou pela José Avelino e acabou tomando grandes dimensões e por isso a necessidade de ter alguma intervenção da Prefeitura. Citou que a insegurança para feirantes e consumidores, a evasão fiscal, a ocupação irregular das calçadas e a degradação de pavimentos de relevância histórica. Falou do tráfico desordenado da feira, pois grande parte dos compradores vinham de fora em ônibus e isso gerava um grande transtorno, pois estacionavam de qualquer maneira e que a geração de lixo era enorme ao final da feira. Ressaltou que grande parte desses feirantes que atuavam lá, tinham um certo poder aquisitivo, e isso comprovava as estatísticas e pesquisas que a secretaria já tinha, de que grande parte desses feirantes eram donos de galpões, e que já possuíam lojas em outros locais. Informou que no dia 17 de fevereiro o Prefeito Roberto Cláudio tomou a decisão e de forma consensual reunindo, não só os representantes do poder público em nível Estadual e Municipal, mas todos os representantes de feiras e comércio formal e informal, donos de galpões, o foro da Justiça Federal e o promotor do Ministério Público, e dentro dessa reunião, foi acordado o fim da feira e que o último dia de funcionamento da mesma seria dia 14 de maio. A partir daí, a Prefeitura começou uma força tarefa para organizar a saída da feira, e disse que uma das primeiras coisas que a Prefeitura realizou foi dar uma alternativa para os feirantes que se caracterizavam realmente como feirantes, não para aquelas pessoas donas de Galpões ou pessoas que tinham grande poder aquisitivo que colocavam pessoas para trabalhar de forma errada. Assim, para as pessoas que eram realmente feirantes que possuíam o que se classifica pela lei, que tenha menos de um salário mínimo e tenham um determinado tipo de padrão, foram contemplados 326 cadastros e foi feito um sorteio. O primeiro sorteio que a regional fez foi para ofertar box ou no Beco da Poceira ou no Mercado São Sebastião, dependendo do tipo de atividade. Desses 326 cadastros, foram contemplados apenas 149, pois eram os únicos que apresentaram documentação necessária para o cadastro, e que essas 149 já receberam as chaves e estão com o box. Ressaltou que um novo sorteio iria acontecer no dia 12 de julho e já foram cadastradas mais de 2000 mil feirantes, e disse que as pessoas realmente viram que a prefeitura estava falando sério, pois muitos não estavam acreditando no fim da feira. Disse que essa foi a primeira ação que a prefeitura fez e que em paralelo a isso foram criados os grupos de trabalho. O primeiro grupo de trabalho é o das obras capitaneado pela SEINF que está tratando do plano de acesso aos estabelecimentos, dos galpões, durante a obra. Outro grupo de trabalho foi o grupo da formalização de uma força tarefa da Secretaria de Desenvolvimento Econômica dentro dos galpões. Destacou também a existência do grupo de trabalho dos ônibus, liderados pela AMC que tem como objetivo elaborar um plano com normas de circuito e circulação dos ônibus, ocupação de espaço público reforçando, assim, a responsabilidade compartilhada entre a Prefeitura e os galpões, pois muitas vezes constatou-se que muitos galpões fomentavam a feira, pois muita gente tinha box dentro dos galpões e iam para rua na expectativa de lucrar mais. Esse outro grupo de trabalho

**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZACOMPIC – 14/06/2017**

5  
55  
60  
65  
70  
75  
80  
85  
90  
95  
100

reforça a responsabilidade da Prefeitura de tentar coibir a ocupação desses espaços e o último grupo era o dos alvarás, também coordenado pela Regional do Centro. Falou que foi aberto um prazo para todos os galpões se regularizarem, pois nenhuns deles possuíam alvará de funcionamento, no momento estavam trabalhando com 30 processos que deram entrada no prazo. Informa que na Regional do Centro existe uma força tarefa muito ativa tentando analisar esses processos de modo a regularizar os galpões, e dentre os principais critérios que se avalia é: cumprimentos de áreas mínimas de iluminação e ventilação, segurança nas dimensões mínimas de circulação, tamanho dos boxes, acessibilidade, quantitativos de sanitários e marquises. Então essas seriam as ações que atualmente a Regional do Centro está executando. Falou que a feira em si acabou, mas infelizmente o que ainda ficaria muito forte lá era o mercado ambulante que estava ocupando ainda aquele espaço. E nesse sentido, a AGEFIS estava com um trabalho muito forte em tentar vetar e acabar com isso, a Prefeitura estava com todos os esforços voltados para lá, pois a ideia é de que quando terminar todas essas forças tarefas, tanto de regularização de galpões, quanto a obra, é que aquele espaço seja realmente devolvido a sociedade e que as pessoas possam novamente utilizar aquele recinto e circular naquele local e que ele tenha realmente o uso público do seu caráter e não ocupado dessa maneira como está hoje, causando todos esses transtornos que foram citados aqui na apresentação. O secretário Evaldo Lima disse que, pode-se abrir uma rodada breve para as considerações para eventuais questões. O conselheiro Altemar falou que até agora não viu a questão do patrimônio, da cultura e diz que viu mais uma preocupação aleatória fiscal e que a principal questão a se debater é a própria José Avelino. O conselheiro Dráulio falou que a caminho da secretaria escutou na rádio uma notícia de que a feira continuava apesar da obra, ou seja, segundo a matéria a feira estava acontecendo com a obra. A arquiteta Verena respondeu que o que existia era o mercado ambulante, não era mais aquele feirante como fora mostrado no vídeo, que armava a barraca e se instalava no local público. O secretário Evaldo Lima, passou a palavra para Guilherme representante da Secretaria de Infraestrutura. Começou falando que o centro precisava voltar a ser o lugar onde as pessoas venham passear e para isso estava precisando de uma requalificação, a começar pelo Centro Histórico ao entorno da Catedral, do Mercado Central, da própria José Avelino, os prédios da Alberto Nepomuceno, tudo isso renova uma visão nova sobre a da área central, integrando também o Centro Dragão do Mar, pois a José Avelino é uma via que interliga com esse centro cultural. Destacou que o projeto engloba a José Avelino a rua Bóris a Alberto Nepomuceno a da rua Pessoa Anta até a rua Sobral mais o menos até a Travessa Crato, então ele envolve a requalificação do canteiro central, requalificação do passeio da iluminação do paisagismo a colocação de acessibilidade, passagens elevadas, passagens no nível, tudo isso para tornar o Centro, recuperar esse patrimônio histórico do centro, trazendo as pessoas de volta para a utilização de lazer. Falou que foi respeitada a mesma pavimentação da época e disse que quando entrou na obra viu a pavimentação lá, além da pavimentação que não existia daquela época mais antiga ao longo desse tempo sofreram modificações e existia também pavimentação pedras toscas que não eram daquela época, acho que ao longo dos anos foi feito alguns reparos. Foi encontrada muitas pedras que a gente identifica que não é. E falou que juntamente com a SECULTFOR, tirou-se essa pavimentação e estocaram num canteiro lá no Teatro São José, para tentar enxergar qual pedra era da época do mesmo jeito o alombamento do trilho. Ressaltou, que segundo orientação da SECULTFOR, fez-se a numeração delas para serem colocadas no mesmo local. Disse que conversou com a arquiteta Milena, Gerente da Célula de Patrimônio Material, e em conjunto, iria se tentar ao máximo colocar as pedras no mesmo canto, e que apesar das dificuldades, estavam buscando restaurar o máximo e preservar o patrimônio histórico. E seguiu a apresentação descrevendo como está o andamento da obra. O secretário Evaldo Lima passou a palavra para o conselheiro Altemar. O mesmo agradece a presença da SEINF, e que sempre que possível, seria bom mandar um observador para o Conselho, pois achava que estava faltando um bom senso do que é trabalhar com patrimônio. Disse que qualquer pessoa física ou pública que vá fazer uma intervenção de qualquer bem sendo tombado ele precisa mandar um projeto para esse Conselho, qualquer ação para não cair na ilegalidade e ser embargada ou sofrer qualquer dano, que passar por cima da lei do patrimônio precisa ser autorizada por este Conselho. E falou que o que o Conselho



**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE  
FORTALEZACOMPHEC – 14/06/2017**

105 está sabendo é que foram enviadas várias vezes advertências que não se poderia se fazer nenhuma  
intervenção sem apresentar um projeto final, pois até o instante não foi apresentado pra gente  
nenhum projeto. Ressaltou que um projeto precisa ter escala, precisa ter planta, precisa ter uma série  
de questões que permitam chegar ao conselho e mostrar a obra foi pensada em uma perspectiva de  
110 mérito e a longo prazo levando em consideração várias questões estruturais, urbanísticas a serem  
apresentadas aqui e diz que esperou que SERCEFOP e a SEINF viesse para justificar como é que se  
executou uma obra sem procurar o Conselho, sem procurar conversar e, ainda, que a CPHC da  
SECULTFOR, colocou a necessidade de não fazer a obra e mesmo assim foi ignorada essa  
advertência e tiradas as pedras, inclusive de uma forma completamente fora do que seria o ideal, e  
115 que essa numeração que foi falada era pra ter sido feita antes de retirar, para depois fazer a  
colocação. E da forma como foi feita, houve um debate bastante favorável há quinze dias atrás  
sobre se valia a pena ou não colocar essas pedras ou seria o caso de pedir o destombamento do bem,  
e ressaltou que isso é um debate que a gente ainda não terminou, e diz se sentir triste que as  
secretarias desconhecem a lei do patrimônio, e que só procuram a SECULTFOR para legalizar  
120 algo que é ilegal e fala que quer saber se isso é uma política das secretarias, se é da Prefeitura, pois  
se a Prefeitura continuar fazendo isso só resta aos Conselheiros da cidade acionar o Ministério  
Público contra a Prefeitura que não está cumprindo a lei que é obrigada a preservar, que ela é  
obrigada a fazer com que os outros entes sejam privados ou público tenham que obedecer. Falou  
que gostaria que se falasse o que foi que aconteceu, isso é política pensada, ignorar a lei do  
patrimônio ou se de fato reconhecem que trocaram os pés pelas mãos, e que seria necessário  
125 começarem aprender a trabalhar com o patrimônio. Disse que estava extremamente indignado, não  
somente com esse fato, mais com outros fatos que a Prefeitura tem mostrado pouca sensibilidade,  
pouco conhecimento, pouco respeito ao Conselho do Patrimônio. E pediu desculpas se estava sendo  
um tanto quanto incisivo para os que estão presentes pela primeira vez. O Conselheiro Veloso, disse  
que fez da fala do Conselheiro Altemar as dele. E comentou da falta de integração institucional, que  
130 vem sendo lamentavelmente constatada a duas gestões em que ele está, na gestão passada e essa  
gestão que se configura como que uma postura distorcida e de certa forma uma caricaturização do  
patrimônio. Disse que na reunião passada falou-se de outros casos e vocês tem ciência disso o  
Estoril, o próprio Teatro São José que está em obra e até hoje não nos foi dado nenhum  
conhecimento do projeto, a Igreja de São Pedro, e disse que essa questão da José Avelino foi o  
135 limite. O limite, inclusive, pela abordagem como a coisa foi feita. Falou que a ação de desmonte da  
José Avelino, enquanto a pavimentação tombada, deveria ter uma metodologia diferenciada, pois  
existe uma coisa chamada anastilose, que em caso de desmonte do patrimônio você tem que seguir  
isso aí, que é ter justamente o que o Altemar falou a pouco, que é um procedimento anterior ao  
desmonte propriamente dito para que depois você possa voltar a montar certo, falou que é um  
140 quebra cabeça e isso não foi considerado pelo que se chegou a ver na imprensa, pois as máquinas  
chegaram e fizeram da pior forma possível, coisa que a gente só via em guerra. Disse que a  
Prefeitura não levou em consideração a lei de patrimônio por ela criada, e o que vem acontecendo é  
um desrespeito total para com a própria lei, que a própria prefeitura aprovou, que a própria  
Prefeitura queria que fosse cumprida. Então ela vinha dando mal exemplo e ao mesmo tempo  
145 alardiano no discurso falacioso que estava fazendo restauração do patrimônio, que estava cuidando  
do patrimônio Histórico de Fortaleza, basta um pouco de conhecimento do assunto para saber que  
isso era uma distorção é uma situação bastante delicada. Fala que uma feira como a José Avelino,  
ela teria que no momento em que ela começa a se consolidar como tal, deveria haver uma  
preocupação antecipada ou pelo menos um momento exato da Prefeitura em buscar uma solução  
150 que contemplasse todos os periféricos que ela geraria, mas como não se tem essa preocupação de  
manutenção, pois o negócio seria corretivo nunca preventivo, o que aconteceu deixar que ela  
chegasse ao extremo que chegou para se sair com ação quase que de guerra e foi de guerra. Fala que  
viu no dia que estava havendo a intervenção lá, teve até tiroteio. Falou que o que está precisando  
desde já, era reconhecer que todos estavam no mesmo barco, éramos todos Prefeitura de Fortaleza,  
155 todos cidadãos habitantes e moradores da cidade de Fortaleza. O que viu em relação a José Avelino  
é que assim como os demais projetos que estão em andamento ou que já foram concluídos eles não

7

7

C

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO**  
**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE**  
**FORTALEZACOMPHEC – 14/06/2017**

passaram por esse Conselho, assim, isso deixa de ser um conselho. E Falou da necessidade de se afinar o trabalho, e que não adiantava, tão somente ir à televisão mostrar imagens, fazer discursos, disse que se precisa realmente tomar um procedimento no cotidiano e esse procedimento do cotidiano está sendo falho, não é de hoje que estava sendo falho, razão pela qual na última reunião quando houve um debate sobre a questão da José Avelino que até levantou o Altemar, a pedir esse destombamento e essa coisa foi um pouco tanto polêmica, colocou-se claramente isso, que se quer que seja esta o fim o marco divisor, por que a partir de então a postura do conselho acredito que sim vai ser diferenciado. Tem-se buscado, tem-se solicitado a quantidade de projetos tem pedido para dar vistas a esses projetos para analisar, para ver e poder se posicionar sobre isso. Na sequência, a conselheira Clélia Monastério que representa o IAB disse que queria dividir algumas observações, começando pela fala da arquiteta Verena da SERCEFOP e disse que a fala dela foi muito voltada à própria estrutura da Prefeitura de funcionamento e funcionalidades e necessidades da Secretaria do Centro, e que apesar de todos estarem diretamente ou indiretamente e serem responsáveis pelo ordenamento pela cidade, ressaltou que o ordenamento em si é responsabilidade da Prefeitura. Então nessa questão, disse que a apresentação da Verena não justificaria o ato que foi realizado contra a José Avelino. Falou que a questão da localização da feira é um controle da Prefeitura, se lá haveria criança, quem deveria está observando isso seria o Juizado de Menores, se tivesse lixo a EMLURB, se tivesse ônibus à AMC. Comentou que a responsabilidade direta do Conselho e da SECULTFOR é com relação ao patrimônio e isso foi desrespeitado. Disse que não se poderia dar fim em uma feira destruindo um bem tombado, pois o fim da feira não necessariamente seria o fim da pavimentação. A feira poderia ter saído de outras formas sem ter sido demolido o piso, e fala que existe um problema sério também que já colocamos na reunião passada que inclusive sugeriu ao secretário que chamasse o CAU que é o Conselho de Arquitetura e Urbanismo para fazer parte dessa mesa por que as pessoas não tem noção de projeto, elas não sabem o que é um projeto de patrimônio. Disse que o objeto de tombamento e a sua justificativa foi a originalidade da pedra tosca, então para se fazer um projeto de intervenção naquela área, não é tirar as pedras e recolocar, isso é quase que um projeto arqueológico você teria que esquadrihar tudo aquilo ali, dividir em áreas e metragens e seria feito metro a metro aquele trabalho de restauro e não retirar tudo e jogar. Comentou que a marcação teria que ser feita e fotografada, marcada em um projeto desenhado como Altemar falou, e não por uma maquete eletrônica que nem se quer considerou a pedra tosca colocou paralelepípedo nela. Os arquitetos com certeza viram aquela apresentação ali que tratou de paralelepípedo e não tinha nenhuma pedra tosca, então era muito grave o que está acontecendo e a proposta de destombamento foi minha na semana passada, pois o bem tombado não existe, o objeto era a pedra e a pedra não estava mais lá, não tem como você fazer um projeto em cima de uma coisa que não existia mais. Então era muito difícil. Clélia indagou como é que funcionou os alvarás dos diversos estacionamentos que existem na cidade que destroem as edificações antigas. E falou que até onde ela sabia, não tem alvará, como não tem esses vendedores ambulantes, como não devem ter os da Praça José de Alencar, como não deveriam ter os da Liberato Barroso os da Guilherme Rocha e a cidade estava toda tombada e se tirasse por acaso o piso dos espaços onde eles estão se instalando com suas barracas ou se faz como para lá? E disse que esse projeto que estava sendo colocado não era um projeto era um pastiche, que é uma palavrinha que se usa muito na arquitetura e que na área de Patrimônio Histórico é uma invenção, é uma simulação, é uma mentira. E chamou atenção para essa questão dos projetos de restauro e falou que parecia existir uma ignorância que não era só das outras secretarias, uma ignorância da Secretaria de Cultura que não entrava em contato com as demais, que não esclarecia isso. E indagou como é que estava a preparação do quadro de funcionários que trabalham diretamente com isso e se esses funcionários estavam preparados? Ressaltou que Fortaleza não iria deixar de ser uma cidade feia como ela está hoje enquanto não tivesse esse trabalho inclusive das fachadas do centro, pois ninguém vê as fachadas do centro por que estão todas escondidas e aí outra coisa, enquanto tiverem leis que dizem que a partir de tantos dias não tiver uma resposta o projeto está aprovado também não vai acontecer por que não tem gente suficiente para atender a quantidade de projetos que entram na Prefeitura para serem avaliados e a Prefeitura responde que se em tantos dias não tivesse a resposta o projeto estaria

**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE**

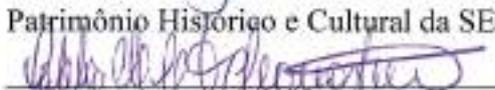
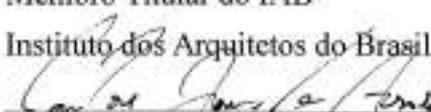
**FORTALEZACOMPHIC – 14/06/2017**

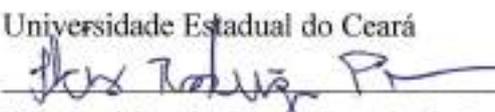
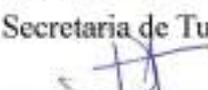
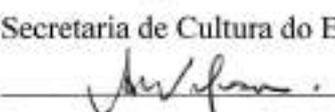
15 automaticamente aprovado, e falou que não existia isso em lugar algum do mundo e que acreditava  
210 só ver isso aqui, e achava um absurdo. Falou que os projetos de restauro são projetos especiais que  
devem ser realizados por pessoas que entendessem do assunto. O conselheiro Josué levantou a  
pergunta: "O que vai ser, o que vem agora pela frente? Porque não houve um desmonte, houve uma  
demolição." E pergunta quais seriam os próximos passos para a questão da José Avelino, pois o  
acontecido iria ficar nos anais. E disse que o Conselho não compactuaria com o ocorrido, isso seria  
215 mentir para a sociedade em dizer que está recuperando um patrimônio histórico. O representante da  
SEINF, Guilherme, pediu desculpas se a apresentação não foi à altura e disse que o que foi  
apresentado na reunião não foi projeto, e o que existia era um projeto geométrico e arquitetônico  
com todas as delimitações de calçada, de passeio, de canteiro central, de caixas de via. E disse que  
foi encaminhado esse projeto geométrico para SECULTFOR para receber orientações do  
220 procedimento específico do bem tombado. O conselheiro Veloso disse que o projeto deveria ter sido  
levado ao Conselho, pois era quem no final das contas, tombaria e destombaria e que a palavra final  
era do Conselho. A conselheira Clélia Monasterio lembrou que conselho é consultivo e deliberativo.  
Guilherme, representante da SEINF, continuou sua fala, descrevendo como foi feita a retirada das  
pedras sob orientação da SECULTFOR e disse que as pedras estavam no Teatro São José no  
225 canteiro pra fazer uma triagem, pois foi detectado que teriam muitas pedras, que teoricamente, não  
seria da mesma época. A conselheira Clélia Monasterio disse não acreditar que esse procedimento  
de dizer que as pedras foram levadas a mão, pois foi visto na internet como de fato as pedras foram  
levadas e retiradas e jogadas no caminhão. Ressalta que o restauro dela deveria ter sido feito no  
local. Guilherme, representante da SEINF, pediu desculpas pela apresentação não ter sido a que o  
230 Conselho esperava, pois de fato não fora apresentado o projeto. João Francisco, Coordenador de  
Patrimônio passou a palavra para a arquiteta Milena, Gerente da Célula de Patrimônio Material. A  
mesma falou que foi estudado o processo, e disse que quando entrou em contato com a SEINF a  
orientação foi para que se houvesse numeração das pedras e esclareceu que houve a preocupação da  
coordenação em apresentar, não o projeto, mais as diretrizes para a obra. A apresentação de projeto  
235 entrou em pauta, posteriormente a nossa 1ª reunião com a SEINF, que iam apresentar mais aí foi  
uma sequência de reuniões que não foram efetivadas. E ressaltou que não sabia dimensionar o que  
fora alterado. Assim, buscou-se pelo menos se preservar o objeto, que era a pavimentação da pedra.  
O conselheiro Altemar disse que não consegue entender essa resistência da Prefeitura em consultar  
o Conselho. E indagou se não seria o caso de pedir que esse projeto do processo de recolocação das  
240 pedras fosse discutido com o Conselho? Pois lembrou que se teriam 15 dias aproximados para a  
próxima reunião. Guilherme, representante da SEINF falou que o que existe é um projeto  
geométrico em que a SEINF encaminhou para SECULTFOR, e falou que uma metodologia de  
como se fazer esse procedimento não existia. O conselheiro Veloso sugeriu que o projeto fosse  
repassado para o Conselho para que se pudesse fazer uma análise na próxima reunião. Guilherme,  
245 representante da SEINF, reiterou que o projeto não teria a metodologia descritiva de pavimentação  
de restauro, o que se tinha era projeto geométrico da via, o projeto de patrimônio histórico, que  
estaria aguardando a orientação por parte da SECULTFOR, sobre qual o procedimento para a José  
Avelino especificamente. E resumiu falando que o que se tem é o projeto geométrico e não com  
todas as recomendações. O conselheiro Altemar propôs que na próxima reunião se fizesse a  
250 discussão sobre o que seria preciso fazer. Assim, recomendou que os projetos fossem enviados para  
esse Conselho, para que fosse analisado e feita a discussão. Nada mais havendo a tratar, o  
presidente do Conselho e Secretário de Cultura de Fortaleza, senhor Francisco Evaldo Ferreira  
Lima, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, eu, Lennon Martins Sousa,  
Secretário Executivo do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por  
255 todos os presentes assinada.

Fortaleza, 04 de junho de 2018.

F - e r l i m a  
Francisco Evaldo Ferreira Lima

**ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE  
FORTALEZA/COMPHC - 14/06/2017**

- 260 Presidente do COMPHIC e Secretário  
Municipal da Cultura de Fortaleza  
  
João Francisco do Nascimento  
Coordenador da CPHC - Coordenadoria de  
265 Patrimônio Histórico e Cultural da SECULTFOR  
  
Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério  
Membro Titular do IAB  
Instituto dos Arquitetos do Brasil  
270   
Carlos Joque de Assis  
Membro Titular da AGB  
Associação dos Geógrafos do Brasil  

---
- 275 Altemar da Costa Muniz  
Conselheiro Titular da UECE  
Universidade Estadual do Ceará  
  
Lício Rodrigo de Castro Crescêncio Pereira  
280 Conselheiro Titular da SETFOR  
Secretaria de Turismo de Fortaleza  
  
Dráulio Luiz de Oliveira Araújo  
Membro Suplente da SECULT  
285 Secretaria de Cultura do Estado do Ceará  
  
Francisco Augusto Sales Veloso  
Membro Titular do IPHAN  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

9